

POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS E SUA RELAÇÃO COM COOPERATIVAS DE CATADORES DE MATERIAL RECICLÁVEL

**MATEUS TORRES NAZARI¹; PAULA PAIVA HOFMEISTER²;
CARLA KATREIN DA COSTA³; JULIANA CARRICONDE HERNANDES⁴;
LUCIARA BILHALVA CORRÊA⁵; ÉRICO KUNDE CORRÊA⁶**

¹Universidade Federal de Pelotas – nazari.eas@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – paula_hof@hotmail.com

³Universidade Federal de Pelotas – carlakatrein@gmail.com

⁴Universidade Federal de Pelotas – julianacarriconde@gmail.com

⁵Universidade Federal de Pelotas – luciarabc@gmail.com

⁶Universidade Federal de Pelotas – ericokundecorrea@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

A Revolução Industrial proporcionou a transformação do modelo social através do desenvolvimento de novas tecnologias, as quais modificaram as estruturas econômicas e sociais com a produção de bens em larga escala. As consequências deste processo mostram-se visíveis nas cidades, onde o acúmulo dos resíduos em lugares inadequados, associado às deficiências na gestão de limpeza urbana, pode provocar impactos sociais e ambientais, tais como contaminações do ar, do solo e da água, bem como danos à saúde da população (D'AQUINO, 2011).

Ainda nessa perspectiva, considera-se que a geração de resíduos se relaciona intimamente com o desenvolvimento da humanidade. Diante disso, o ser humano começa a refletir sobre os impactos que nosso modelo de sociedade tem causado no meio ambiente. Em consequência, as questões ambientais tornaram-se, cada vez mais, assunto em pautas de discussões governamentais mundiais, sendo a geração de resíduos sólidos uma das principais fontes de preocupação para as autoridades públicas nas últimas décadas (Carvalho et al., 2011).

Exemplificando essa preocupação, pode-se citar a Lei 12.305, a qual institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). De acordo com essa política, resíduos definem-se como sendo todo material com possibilidade de reciclagem e reutilização, os quais devem ser coletados pela coleta seletiva municipal, segregados pelas cooperativas de catadores credenciadas pelo município e, posteriormente, encaminhados às indústrias de reciclagem (BRASIL – PNRS, 2010).

Os Programas de coleta seletiva (PCS) auxiliam no reaproveitamento e a reciclagem desses resíduos, colaborando para o ciclo de vida útil da matéria, para a minimização de uso dos recursos naturais, assim como na economia de energia e água resultantes do processo produtivo. Além disso, ao ser implantado com a participação de cooperativas de catadores, o PCS favorece a inclusão social, gerando emprego e renda a uma importante parcela da sociedade (BRASIL – PNRS, 2010).

Entre os agentes do processo de gestão da limpeza urbana destaca-se a atuação dos “catadores”, os quais buscam, entre os resíduos descartados, materiais que possam ser reaproveitados na cadeia produtiva. Estes trabalhadores desempenham um papel fundamental ao meio ambiente, assim como à economia (CABRAL et al., 2000).

A PNRS objetiva a redução na geração de resíduos, ou seja, a não geração ou, pelo menos, a minimização da sua produção, através do tratamento e da reutilização desses resíduos. Para tanto, a Política possui importantes instrumentos

que auxiliam na aplicação e cumprimento da mesma. Dentre estes, destacam-se: a criação e o incentivo ao desenvolvimento de cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis, a fiscalização sanitária e ambiental, incentivos fiscais e financeiros, educação ambiental, criação do Fundo Nacional do Meio Ambiente, incentivo à coleta seletiva e a política da logística reversa (BRASIL – PNRS, 2010).

Através da PNRS percebe-se que, entre seus principais focos, a questão dos catadores possui grande relevância, haja vista que a política tem como objetivo formalização da profissão dos catadores, permitindo-lhes, assim, acesso a direitos trabalhistas. Anteriormente a publicação da lei, os catadores de material reciclável possuíam condições de trabalho extremamente insalubres, uma vez que os mesmos estavam sujeitos a diversos riscos à saúde, tais como vetores de doenças, materiais perfurocortantes, entre outros. Diante disso, além da regulamentação da profissão e melhoria das condições de trabalho, a Lei possibilitou uma melhoria social e econômica (BRASIL – PNRS, 2010).

Diante do exposto, o presente trabalho teve como objetivo analisar os aspectos socioeconômicos dos catadores das cooperativas de reciclagem conveniadas ao município de Pelotas/RS, através da aplicação de questionários baseados nas diretrizes da PNRS aos cooperados.

2. METODOLOGIA

Este trabalho foi desenvolvido nas cooperativas conveniadas ao município de Pelotas/RS, durante o período de seis meses. Para tanto, realizou-se uma parceria entre o Núcleo de Educação, Pesquisa e Extensão em Resíduos e Sustentabilidade (NEPERS – curso de Engenharia Ambiental e Sanitária, UFPel) e o Serviço Autônomo de Saneamento de Pelotas (SANEP).

Inicialmente, elaborou-se “cartas convite” e, em seguida, foram realizadas visitas nas cooperativas para expor o objetivo do trabalho e, assim, conseguir autorização para desenvolvê-lo. Ao final, foram visitadas as cinco cooperativas (Coopel, Cooreciclo, CVC, Cootafra, Unicoop) de triagem de resíduos sólidos do município e, as quais todas aceitaram participar.

A partir disso, aplicou-se um questionário para avaliar os aspectos socioeconômicos dos cooperados. Dentre esses aspectos, analisou-se escolaridade e gênero. Além disso, foram feitas cinco perguntas gerais sobre as cooperativas ao coordenador da mesma. O Quadro 1 apresenta as perguntas mencionadas acima.

Quadro 1 – Questões aplicadas ao coordenador de cada cooperativa.

- | |
|---|
| <ol style="list-style-type: none">1. Qual o horário de funcionamento da cooperativa?2. Quantos cooperados trabalham na cooperativa?3. Qual a média de salário por cooperado ao mês?4. Quantas toneladas de resíduos chega a cooperativa por mês?5. Quanto de resíduo (valor) que a cooperativa vende por mês? |
|---|

A técnica metodológica baseada no contato pessoal entre o informante e pesquisador possibilita a explicação dos objetivos da pesquisa, bem como orientação e esclarecimento de perguntas, proporcionando, assim, precisão das informações em um grau satisfatório (MARCONI; LAKATOS, 2008).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

No que tange aos aspectos socioeconômicos (neste caso, escolaridade e gênero), ao final do trabalho, foram entrevistados 59 cooperados. A Tabela 1 apresenta os resultados obtidos em relação a escolaridade dos entrevistados.

Tabela 1 – Escolaridade dos trabalhadores pertencentes as cinco cooperativas pesquisadas

Escolaridade	Total
Ens. Fund. Completo	7 (11,90%)
Ens. Fund. Incompleto	40 (67,80%)
Ens. Médio Completo	5 (8,50%)
Ens. Médio Incompleto	3 (5,10%)
Ens. Sup. Incompleto	2 (3,40%)
Nunca Frequentou	2 (3,40%)

Como pode-se observar, 40 catadores (67,8%) possuem o ensino fundamental incompleto, evidenciando a baixa escolaridade da maioria dos entrevistados. Couto (2012), em sua pesquisa, também obteve maior percentual de catadores (54%) com essa instrução escolar. Esse baixo nível de escolaridade pode estar associado ao fato de que a maioria dos cooperados saiu do trabalho de catação de resíduos informal para se associar às cooperativas. Ademais, deve-se ressaltar que 2 associados chegaram ao ensino superior, mesmo não o completando, enquanto que outros 2 sequer frequentaram a escola.

Através da Tabela 2 fica evidenciada a prevalência do sexo feminino entre os cooperados, correspondendo a mais de 75% de todos os trabalhadores da cooperativa. Na cooperativa estudada por Gutierrez e Zanin (2013), as mulheres também eram maioria entre os cooperados (cerca de 60%), valor pouco menor que o obtido neste estudo (76%).

Tabela 2 – Gênero dos cooperados

Gênero	Total
Feminino	45 (76,30%)
Masculino	14 (23,70%)

A Tabela 3 apresenta os resultados obtidos através do questionário (Quadro 1) aplicado ao coordenador de cada cooperativa. Conforme essa tabela, a média de salário mensal por cooperado é de R\$ 682,80. Na pesquisa de Gutierrez e Zanin (2013), a média mensal era de R\$ 620,00 por associado, assemelhando-se ao valor encontrado no presente trabalho.

Destaca-se a flexibilidade de horário de funcionamento das mesmas, o que possibilita aos cooperados tempo disponível para desempenharem outras atividades remuneradas, além da renda fixa oriunda do trabalho desenvolvido na cooperativa. Ademais, deve-se ressaltar a quantidade mensal de resíduos que é reciclada (aproximadamente 170 toneladas), contribuindo, assim, para as questões econômicas, sociais e ambientais do município.

Tabela 3 – Perguntas gerais sobre as cooperativas e seu funcionamento

Cooperativa	Questão 1	Quest. 2	Quest. 3	Quest. 4	Quest. 5
Coopel	8:00 às 14:00	15	R\$ 680,00	45 Ton.	R\$ 8.000,00
Cooreciclo	8:30 às 18:00	12	R\$ 510,00	51 Ton.	R\$ 12.000,00
CVC	8:00 às 14:00	14	R\$ 900,00	25 Ton.	R\$ 7.000,00
Cootafra	8:00 às 12:00 / 13:00 às 19:00	20	R\$ 724,00	40 Ton.	R\$ 15.000,00
Unicoop	8:00 às 14:00	12	R\$ 600,00	12 Ton.	R\$ 4.000,00

4. CONCLUSÕES

Pode-se concluir que os aspectos socioeconômicos dos cooperados entrevistados condizem com o que Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) relata sobre a realidade dos catadores, na qual a grande maioria é do sexo feminino e possui baixa escolaridade. Ademais, fica evidente os benefícios advindos da PNRS aos cooperados, haja vista que, além da regulamentação da profissão e melhores condições de trabalho, a Lei proporcionou uma melhoria social e econômica na vida dos catadores.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL – PNRS. Ministério do Meio Ambiente. **Política Nacional de Resíduos Sólidos**. Lei Nº 12.305 de 02 de Agosto de 2010. Brasília, 2010.

CABRAL, D. D.; MUNDIM, M. J. S.; OLIVEIRA, P. R.; SANTOS, S. F. O. Parasitoses intestinais em escolares do município de Gouvelândia, estado de Goiás. **Bioscience Journal**, v.16, n.1, p. 75-85, 2000.

CARVALHO, M. S.; ROSA, L. P.; BUFONI, A. L.; FERREIRA, A. C. S. The issue of sustainability and disclosure. A case study of selective garbage collection by the Urban Cleaning Service of the city of Rio de Janeiro, Brazil – COMLURB. **Resources, Conservation & Recycling**, v. 55, n. 11, p.1030-1038, 2011.

COUTO, G. A. **Aprendizagem social e formação humana no trabalho cooperativo de catadores(as) em São Paulo**. 2012. 150f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação do Estado de São Paulo.

D'AQUINO, G.A. **Captação de recursos Federais para apoio às Associações e/ou Cooperativas de catadores de materiais recicláveis**. 2011.102f. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal de Santa Catarina.

GUTIERREZ, R. F.; ZANIN, M. A relação entre tecnologias sociais e economia solidária: um estudo de caso em uma cooperativa de catadores de resíduos. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, v.1, n.1, p. 129-148, 2013

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 277 p.